



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISOCIESC  
PSICOLOGIA**

**JONAS RODRIGO PAMPLONA  
LAURA PETERS DA SILVA  
LUCAS SIMON FILIPPI**

**A SOBREVIVÊNCIA DOS CORPOS SEM LUGAR: EXPRESSÕES DA  
TRANSGENERIDADE NA PSICOLOGIA**

**BLUMENAU/SC**

**2023**

**JONAS RODRIGO PAMPLONA**  
**LAURA PETERS DA SILVA**  
**LUCAS SIMON FILIPPI**

**A SOBREVIVÊNCIA DOS CORPOS SEM LUGAR: EXPRESSÕES DA  
TRANSGENERIDADE NA PSICOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Psicologia da Unisociesc como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientador(a): Dra. Flávia Busarello

**BLUMENAU/SC**

**2023**

**JONAS RODRIGO PAMPLONA  
LAURA PETERS DA SILVA  
LUCAS SIMON FILIPPI**

**A SOBREVIVÊNCIA DOS CORPOS SEM LUGAR: EXPRESSÕES DA  
TRANSGENERIDADE NA PSICOLOGIA**

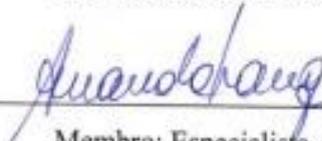
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Psicologia da Unisociesc como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientador(a): Dra. Flávia Busarello.

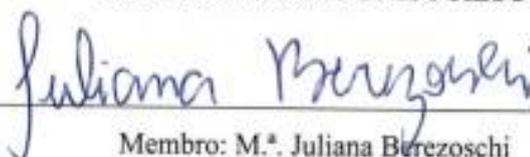
Aprovado em: 29/11/2023.



Orientadora: Dra. Flávia Busarello  
Centro Universitário UNISOCIESC



Membro: Especialista Amanda Lang  
Centro Universitário UNISOCIESC



Membro: M.<sup>a</sup>. Juliana Berezoschi  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## AGRADECIMENTOS

Jonas Rodrigo Pamplona:

Expresso aqui uma pequena parte da gratidão que carrego, às minhas filhas Sofia e Olívia que me lembram todos os dias da força implacável da inocência e do amor, à Kátia minha companheira, cúmplice e fortaleza, a primeira pessoa a me apoiar na jornada da psicologia. Sou grato aos meus pais, Beto e Dega, por inculcar em mim valores imprevisíveis como coragem e compaixão. Agradeço ao meu irmão Jean por me permitir seguir seus passos quando estive perdido e por me mostrar que toda força vale a pena em prol da vida mesmo que seu fim já esteja proclamado.

Aos meus amigos Lucas e Laura, sou grato e me sinto lisonjeado por tê-los ao meu lado durante toda a jornada acadêmica e confecção deste TCC, a compreensão e o carinho que compartilhamos em nossa amizade foi porto seguro em meio a águas agitadas seja em mares universitários ou oceanos particulares.

Agradeço aos meus amigos, Andrey, Alice, Sidney, Paulo, Suellen, Adriano e Tasia, por fazerem parte da nossa rede de apoio familiar, por estarem presentes, e principalmente por ouvirem minhas palestrinhas.

Sou imensamente grato à Flávia pela fé, coragem e exigência, por nos orientar com mãos gentis e criticar com contundência. Obrigado pela honestidade, afeto e companheirismo, por me inspirar a romper o status quo, compreender a importância, força e o alcance dos afetos e acolher nossas dificuldades.

Agradeço aos docentes da Unisociesc, especialmente à Amanda Lang, nossa professora e atual coordenadora, por sua dedicação, olhar humanizado e gentileza que nos transmitiram a confiança necessária para encarar esta jornada. Por fim, expresso aqui também minha gratidão e admiração a Juliana Berezoschi por seu trabalho junto a comunidade trans na cidade de Blumenau - SC, sua sensibilidade, olhar crítico e compaixão foram inspiração e norte para produção deste TCC.

Laura Peters da Silva:

Gostaria de inicialmente agradecer meus familiares, por todo apoio, acolhimento e compreensão durante o processo de graduação. À minha mãe Giane, meu padrasto Gildo,

minha irmã de sangue Ana Julia e minha cunhada e irmã do coração Tiele, toda minha admiração e agradecimento por estarem ao meu lado desde o início dessa caminhada.

Aos meus amigos de faculdade, com quem pude compartilhar de momentos intensos. Nos conhecemos e reconhecemos profundamente nessa jornada, e foi lindo acompanhar a transformação de cada um de vocês. Em especial gostaria de agradecer aos amigos Jonas e Lucas por terem ingressado junto comigo no desafio de desenvolver este trabalho. Sou grata por todos os momentos vividos com vocês, com certeza foram cruciais para eu me tornar a pessoa que sou hoje.

Não poderia deixar de agradecer à orientadora e amiga Flávia por se fazer presente desde a nossa primeira troca. Obrigada por acreditar intensamente na revolução que o afeto é capaz de causar e principalmente por transmitir um afeto tão transformador. Por acreditar e reforçar rotineiramente a potência de vida que há em nós. Sou grata por ter esbarrado com você dentro da vida maluca que vivemos, e principalmente grata por você ter permanecido.

Agradeço aos docentes que contribuíram para a minha formação, em especial a professora e atual coordenadora do curso de Psicologia Amanda Lang por acreditar e não hesitar em aceitar fazer parte de nossa banca examinadora. Da mesma forma que agradeço a Juliana Berezoschi por se fazer presente neste momento tão importante de nossa jornada e por contribuir significativamente com o tema desta pesquisa.

Agradeço também às amigas que são meus amores e aos amores que são minhas amigas, sou imensamente grata pelo apoio.

Lucas Simon Filippi:

Agradeço inicialmente ao meu pai Luiz e minha mãe Eliana, por serem meus portos seguros em cada momento da minha vida, me prestando apoio incondicional em meus momentos difíceis, me advertendo em meus momentos de loucura, e por terem acreditado em mim desde o início. Com certeza sem vocês pouco disso seria possível.

Obrigado à minha companheira Júlia, por ter me dado apoio e sido meu alicerce, durante essa fase, por se fazer presente e sempre estar disponível para todos os momentos em que precisei.

Aos meus amigos de faculdade, que se tornaram de vida, Jonas e Laura, agradeço a todos os momentos que passamos juntos. Momentos de risada, de confissão e desabafo, são o que marcam essa nossa amizade. Agradeço vocês por terem embarcado nessa jornada comigo e estarmos entregando uma produção da qual nos orgulhamos.

Não posso deixar de expressar minha gratidão por todos que também contribuíram para que essa jornada fosse possível, meus familiares, amigos, colegas de turma e professores.

Flávia, muito obrigado por toda a orientação e amizade que foi criada nesses últimos dois semestres. Sou muito grato pela visão transgressora da psicologia, por acreditar que éramos capazes de produzir algo tão importante. Nossa jornada como orientando e orientadora se finda em breve, mas a amizade fica para o resto da vida.

Não posso deixar também de agradecer a Unisociesc, em especial nossa coordenadora Amanda Lang, por ter sido uma professora incrível e também uma coordenadora extremamente competente. Agradeço também à Juliana Berezoschi por aceitar estar em nossa banca avaliadora do trabalho de conclusão de curso, assim como sou grato por sua produção expressiva dentro do tema escolhido para tal artigo.

“Existe uma maneira de categorizar os corpos? O que as categorias nos dizem? As categorias nos dizem mais sobre a necessidade de categorizar os corpos do que sobre os próprios corpos.”

(Judith Butler)

## RESUMO

A presente pesquisa foi produzida com o objetivo geral de analisar a produção da Psicologia relacionada à comunidade trans e travesti, buscando refletir sobre as formas de atuação da Psicologia em relação à vivência da comunidade trans e travesti e a partir deste ponto verificar os impactos da prática da Psicologia na vida de pessoas trans e travestis. Para tanto, o referencial teórico utilizado foi com base nas ideias de Michel Foucault, Achille Mbembe e Judith Butler, nomes que carregam perspectivas significativas nas discussões acerca do poder sob os corpos, necropolítica, biopoder e estudos de gênero.

O método escolhido para contemplar os objetivos foi a revisão bibliográfica, sendo que nas bases de dados Scielo e CAPES foram selecionados 31 artigos entre os anos de 2004 e 2022. Durante toda a análise destes artigos relacionamos dados sobre violência levantados pela ANTRA a fim de destacar a importância das mobilizações em torno do tema. Os resultados encontrados revelam muito sobre a situação atual da produção acadêmica no Brasil e cria veredas ricas para o debate em várias direções, política, saúde, educação e trabalho são as mais citadas e a partir de cada um delas seria possível desdobramentos e contribuições significativas, porém, mantemos o foco na discussão, sobre a maneira que a produção acadêmica de Psicologia encara o sistema cisnormativo presente, enfatizando o impacto que o tema carrega, bem como a relação existente entre a problemática apresentada e necropolítica e biopoder.

Por fim concluímos que a Psicologia está inserida em uma cultura e política cisnormativa pós-colonial, que corrobora com a perpetuação da necropolítica e poder sob os corpos, consequentemente para a violência e marginalização de identidades trans e travestis.

Palavra-chaves: Pessoas trans, Cisnormatividade, Psicologia, Necropolítica e Travesti.

## **ABSTRACT**

This research was produced with the general objective of analyzing the production of Psychology related to the trans and travesti community, seeking to reflect on the ways in which Psychology operates in relation to the experience of the trans and travesti community and from this point on to verify the impacts of the practice of Psychology in the lives of trans and transvestite people. To this end, the theoretical framework used was based on the ideas of Michel Foucault, Achille Mbembe and Judith Butler, names that carry significant perspectives in discussions about power over bodies, necropolitics, biopower and gender studies.

The method chosen to meet the objectives was the bibliographic review, and 31 articles were selected from the Scielo and CAPES databases between the years 2004 and 2022. Throughout the analysis of these articles, we related data on violence collected by ANTRA in order to highlight the importance of mobilizations around the topic. The results found reveal a lot about the current situation of academic production in Brazil and create rich paths for debate in several directions, politics, health, education and work are the most cited and from each of them significant developments and contributions would be possible, however, we maintain the focus on the discussion on the way in which academic production in Psychology views the present cisnormative system, emphasizing the impact that the topic carries, as well as the relationship between the problem presented and necropolitics and biopower.

Finally, we conclude that Psychology is inserted in a post-colonial cisnormative culture and politics, which corroborates the perpetuation of necropolitics and power over bodies, consequently causing violence and marginalization of trans and transvestite identities.

**Key words:** Trans people, Cisnormativity, Psychology, Necropolitics and Travestis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Ano de Publicação dos Artigos em Proporção à Taxa de Mortalidade	24
Gráfico 4 - Áreas da Psicologia dos Artigos Publicados.....	30
Gráfico 5 - Tipos de Metodologias dos Artigos Publicados.....	31

## LISTA DE TABELAS

Tabela 2 – Universidades com Artigos Publicados.....	26
Tabela 3 - Produção por região do Brasil.....	29

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento social
MDG	Ministério dos Direitos Humanos
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
DSM-V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V
STF	Supremo Tribunal Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas Nível Superior
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
TGEU	Transgender Europe
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Transgênero/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais /Agênero, Pansexuais, Não-binárias e mais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>17</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>22</b>
<b>4 RESULTADOS</b>	<b>25</b>
<b>5 DISCUSSÃO</b>	<b>35</b>
<b>5.1 PONTO DE PARTIDA, DESPATOLOGIZAÇÃO E DIREITO.</b>	<b>35</b>
<b>5.2 O DISCURSO GARANTIDOR DA EXISTÊNCIA</b>	<b>35</b>
<b>5.3 INIMIGOS VELADOS, SEU DESVELAMENTO E COMBATE</b>	<b>37</b>
<b>5.4 RESPONSABILIDADE E REPRESENTATIVIDADE, UM COMPROMISSO</b>	<b>38</b>
<b>5.5 Cisnormatividade, biopoder e necropolítica</b>	<b>39</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICE A</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Gênero é um termo que tem como objetivo categorizar os indivíduos, historicamente sendo classificados como homens e mulheres (JESUS, 2012). Apesar dessa diferenciação ser imposta ao nascimento (até mesmo antes do parto) e majoritariamente ser ensinado a agir de determinada forma de acordo com o sexo biológico, atualmente a sociedade não reconhece gênero enquanto uma construção social.

Judith Butler (2003), ao estabelecer o conceito de performance de gênero, diz que, toda e qualquer performance não é individual, é moldada a partir de diferentes aspectos sociais, econômicos, raciais, entre outras características que são determinantes para toda diversidade presente na atualidade. Dentre os aspectos citados, deve-se considerar a identidade de gênero com a qual o sujeito se identifica e performa.

Os diferentes papéis que são atribuídos a partir do nascimento, permitem a compreensão do gênero enquanto uma construção social (JESUS, 2012, p. 8). Isto se dá desde o princípio, onde as influências sociais se estabeleceram e permanecem até os dias de hoje, reforçando a crença de que o sexo biológico de um sujeito determina seus papéis e responsabilidades enquanto indivíduo. Portanto, a maneira que um indivíduo se representa, identifica e performa, não depende de sua genitália, e sim pela vivência e discernimento individual. Neste sentido, são denominados como cisgêneros, pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento (determinado a partir do órgão genital). Pessoas trans e travestis são aquelas que não se identificam com esta designação (JESUS, 2012).

Durante os últimos 20 anos os debates quanto à comunidade de pessoas trans e travestis têm conquistado espaço e após muita luta e ativismo social, no dia 29 de janeiro de 2004 o Ministério da Saúde criou a campanha “Travesti e Respeito”, em decorrência a um manifesto organizado (Brasília, DF: Senado Federal, 2021) pela comunidade, que tinha como objetivo expor a inacessibilidade aos serviços públicos de saúde e benefícios sociais oferecidos na época. A partir deste movimento, a data foi criada em decorrência de um marco político de luta contra a transfobia, vulnerabilização e estigma vivido pela população trans e não-binária, o movimento segue até os dias atuais com a mesma premissa, tornando o dia 29 de janeiro o Dia Nacional da Visibilidade trans.

Durante a IV Semana da Visibilidade trans em 31 de janeiro de 2018, foi lançada a campanha proposta pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) denominada como “SUAS sem transfobia”, a qual foi desenvolvida com apoio de órgãos públicos nacionais como Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério dos Direitos Humanos

(MDH), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em parceria com a RedeTrans, a fim de atingir a população brasileira sobre a maneira que a transfobia permeia no contexto social do país. Segundo Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2013), a campanha também tem como objetivo clarificar e ampliar o alcance destas informações, dando a devida importância às diversidades presentes na cultura brasileira, respeitá-las, garantir dignidade e acesso à direitos civis básicos, considerando toda a vulnerabilidade social que essa comunidade está exposta diariamente.

O Brasil foi o país que mais acessou a categoria “*transgender*” “*shemale*” “*ladyboy*” de sites adultos em 2016, segundo a ANTRA. Além disso, é a nação que liderou o ranking de assassinatos dessa comunidade por mais de uma década, de acordo com o dossiê publicado em 2022 produzido pela ANTRA no ano de 2021. Houve pelo menos 140 (cento de quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas, pelo menos 78% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres trans profissionais do sexo. Essas são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a elas o número aqui apresentado, pois numa tentativa de invisibilizar essa população, órgãos de segurança acabam subnotificando as ocorrências mascarando a realidade. Esses dados apresentados perpetuam a transfobia, corroborando com a necropolítica-trans, que se faz presente de forma devastadora na população brasileira e mundial. Os corpos e vidas são tomadas pelo poder político e social à medida que buscam por condições dignas de vida dentro de seus contextos individuais.

O posicionamento do Estado e das instituições contribui para o apagamento da população trans, perpetua um discurso de ódio e estigmatiza esses indivíduos, tornando-os marginalizados aos olhos da sociedade. Deliberadamente são feitos esforços visando a eliminação dessa comunidade, quando deveriam correr na direção contrária, na direção de acolhimento, compreensão, aceitação e harmonia. Portanto, urge a necessidade de ações em prol da vida e dignidade do público trans, ações que devem partir não apenas da psicologia enquanto instituição, mas também de outras instituições e organizações da sociedade civil.

A Psicologia como campo de pesquisa majoritariamente cisnormativo afeta diretamente a maneira que os profissionais irão atuar com pessoas trans e travestis. Pode-se considerar que o discurso e práticas cisnormativas advém da construção do saber desta área de conhecimento ter sido desenvolvido e ocupado em sua maioria por corpos cisgêneros. Desta forma, a ausência dessas pessoas dentro de espaços de tomada de decisão e conhecimento, reforça e expõem a política cisnormativa por trás do sistema. Além disso, trata das

subjetividades de indivíduos e foi construída partindo de um princípio informativo e patológico, quando se diz respeito a corpos trans e travestis. O estudo da existência de corpos trans é construído majoritariamente com base em uma perspectiva patologizante, que por sua vez, representa não somente a ausência da psicologia enquanto campo de estudo que luta pelo direito da população trans e travesti, como também reforça que na universidade, a visibilidade desta comunidade é construída partindo de um princípio de justificativa, envolvendo aspectos antropológicos, coletivos e psicológicos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou a Resolução CFP 01/2018 que prevê a instrução aos profissionais de Psicologia a atuar com a comunidade trans e Travesti de forma que não sejam consideradas patologia e sim, em prol da eliminação da transfobia atualmente presente. Conforme abordado por Galvão (2022), ao destacar a cassação do registro profissional CRP-DF da psicóloga Rozângela Alves Justino, por dispor de intervenções psicológicas a fim de realizar “cura gay” para pacientes homossexuais<sup>1</sup>, provocando o descumprimento do que é previsto e vedado ao profissional de psicologia de acordo com o Código de ética da profissão<sup>2</sup>. A aplicação de métodos de avaliação na Psicologia Clínica, por exemplo, que preveem a cisgeneridade diante de toda classificação proposta pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos Mentais V (DSM-V) e aborda critérios que determinam a necessidade de um diagnóstico para um corpo que não apresenta padrão imposto pela cisnorma. Com isso, possibilita que profissionais sejam sensibilizados a buscarem por intervenções psicológicas, que mesmo considerando os devidos contextos vividos pelas pessoas dessa comunidade, partem de uma ótica patologizante.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a produção da Psicologia relacionada a comunidade trans e travesti. Para tanto tem como objetivos específicos: (a) Refletir sobre as formas de atuação da Psicologia em relação à vivência da comunidade trans e travesti; (b) Verificar os impactos da prática da Psicologia na vida de pessoas trans e travestis; (c) Refletir a respeito do caráter da produção encontrada nesta área do conhecimento.

Em março de 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que a comunidade trans tem direito de realizar a alteração de nome sem necessariamente a realização da cirurgia de (re)afirmação de gênero, os intermédios judiciais ou declarações de identidade de gênero

---

<sup>1</sup> GALVÃO, Walder. Psicóloga que oferecia 'cura' para gays tem registro cassado no DF e fica impedida de exercer profissão. G1 Distrito Federal, 18 de fev. de 2022. Disponível em <https://tecnoblog.net/responde/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em 16 de out de 2023.

<sup>2</sup> Artigo 1º “a”, “c”, 2º alíneas “a”, “b”, “c”, “f”, Artigo 19 e Artigo 20, alínea “c” do Código de Ética Profissional do Psicólogo, Resolução CFP nº 010/2005.

enquanto condição psicopatológica. Isso porque anteriormente à esta decisão, era necessário o acionamento de profissionais da área da saúde para a produção de laudos psicológicos/psiquiátricos para fins de justificação e confirmação da condição psicológica do sujeito. E considerando os fatos apresentados, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução nº 01/2018 em janeiro de 2018 a fim de reconsiderar o posicionamento desta área de pesquisa em relação à existência das identidades trans. O documento declara que profissionais da Psicologia não devem atuar de forma conivente diante de discriminações em relação a esta comunidade. Esta deliberação é resultado dos debates e luta acerca da despatologização destes corpos.

A patologização e o apagamento dos corpos que não seguem o padrão de cisnormatividade também se faz presente na academia e por vezes infere-se que a transgeneridade, travestilidade e a não binaridade sejam vistas como o próprio sintoma ou patologia, além de reforçar as diferentes formas de opressão que os corpos sofrem. Com isso, é de suma importância que revisões e análises críticas sejam produzidas a fim indagar e movimentar a esfera acadêmica e social em que a Psicologia está inserida, uma vez que ao questionar o paradigma da cisnormatividade, torna-se possível o crescimento do âmbito crítico dos profissionais em relação à transfobia e perpetuação da cisnormatividade na sociedade atual.

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência  
É roubar o pouco de bom que vivi  
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir  
(Emicida, Pablllo Vittar e Majur, 2019).*

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Michel Foucault foi um importante filósofo, historiador e teórico social francês que viveu entre 1926 e 1984. Sua obra é ampla e variada, mas uma de suas maiores contribuições para a história da teoria social é o livro "História da Sexualidade", publicado em três volumes entre 1976 e 1984. Esta é uma obra complexa e multifacetada que busca analisar as formas como a sexualidade foi concebida, regulada e controlada no ocidente. Ao contrário do que muitos pensam, o livro não é uma análise das práticas sexuais ou das formas de amor, mas sim uma investigação da construção social e política da sexualidade como uma categoria de experiência humana.

Para Foucault (1977), a sexualidade não é uma coisa natural ou biológica, mas sim uma invenção histórica que se desenvolveu no Ocidente a partir do século XVI. Ele argumenta que antes disso, o sexo não era visto como uma fonte de prazer ou de identidade, mas sim como uma prática social e necessária à sobrevivência da espécie.

No entanto, a partir do século XVI, uma série de mudanças sociais e políticas mudou a forma como a sexualidade era concebida. Foucault (1977) argumenta que a burguesia emergente estava preocupada com a reprodução da espécie e com a criação de uma mão de obra saudável para o trabalho nas fábricas e nas cidades. Para isso, era necessário regular o comportamento sexual dos indivíduos e incentivar a procriação dentro do casamento.

Segundo Foucault (1977) a sexualidade se tornou um objeto de investigação e controle através do desenvolvimento de diversas disciplinas, como a medicina, a psiquiatria e a criminologia. Essas disciplinas criaram uma série de categorias que classificavam as pessoas de acordo com sua sexualidade, como homossexual, heterossexual, perverso, normal, etc. Essas, por sua vez, criaram um sistema de poder que se estendeu por toda a sociedade, regulando não apenas o comportamento sexual, mas também as relações sociais e as formas de subjetividade. Para o autor, o poder não é algo que está nas mãos de um grupo ou classe dominante, mas sim algo que permeia todas as relações sociais e que se manifesta de formas sutis e difusas. (Foucault, 1977)

Uma das contribuições mais importantes de Foucault, o livro "História da Sexualidade (1976)" apresenta a ideia de que a repressão sexual não é uma consequência da moralidade ou da religião, mas sim uma forma de exercício do poder. Ele argumenta que a repressão sexual não tem como objetivo controlar a sexualidade em si, mas criar uma forma de controle social que se estende a todas as esferas da vida.

A obra de Foucault tem uma relação estreita com os estudos de Judith Butler, que carrega forte relevância no campo dos estudos de gênero. Butler tem destaque por sua crítica à ideia onde a identidade de gênero é algo natural ou essencial e uma construção social que se desenvolve a partir de normas e práticas sociais específicas. Essa abordagem é semelhante à de Foucault, ao argumentar que a sexualidade é uma construção social e se desenvolve a partir de práticas e discursos específicos. Butler (2003) também enfatiza a importância da resistência e da subversão como formas de combater o poder, uma vez que a resistência pode ser uma forma de criar formas de subjetividade e de transformar as normas e práticas sociais existentes.

Além disso, Butler (1990) desenvolveu o conceito de "performatividade de gênero", que se refere à ideia de que a identidade de gênero é construída por meio de práticas sociais repetitivas e performativas. Este conceito está relacionado com a ideia de Foucault (1976) de que a identidade sexual é construída por meio de práticas sociais específicas e que não há uma essência ou natureza subjacente à sexualidade. Ambos os autores enfatizam a importância da resistência e da subversão como formas de criar novas formas de subjetividade e de transformar as normas e práticas sociais existentes.

Outro autor recente que nos esclarece a gravidade e exercício de poder e controle é Achille Mbembe (2018), um pensador africano que tem se destacado nos últimos anos por suas reflexões sobre a relação entre poder, violência e morte na contemporaneidade. Seu conceito de "necropolítica" tem sido especialmente influente.

Segundo Mbembe (2018), a necropolítica se refere à forma como o poder exerce controle sobre a vida e a morte. Enquanto a política tradicional se concentra no controle da vida, a necropolítica se concentra no controle da morte, ou seja, na capacidade de decidir quem vive e quem morre. O autor tem uma forte conexão com as ideias de Foucault (1977), que argumenta que o poder não é apenas uma relação de dominação, mas uma rede de práticas e discursos que moldam a vida social. Foucault (1977) também discute a importância da morte como uma forma de exercer o poder, por exemplo, através de prisões ou o hospício.

Butler (2003) também tem contribuído para a compreensão da necropolítica ao argumentar que a violência e a morte são utilizadas como formas de regulamentar as normas de gênero e sexualidade. Judith Butler afirma que a violência é uma forma de impor normas e limites às identidades de gênero e sexualidade, e que a morte pode ser utilizada como forma de punição para aqueles que as desafiam.

Assim, podemos dizer que Mbembe encontra apoio nas ideias de Foucault e Butler, ao enfatizar a importância da violência e da morte como formas de exercer poder e controlar as

vidas dos indivíduos. Essa abordagem se estende para o contexto pós-colonial, onde a necropolítica é utilizada para manter a dominação colonial sobre os corpos e as vidas dos colonizados. A resistência a essa necropolítica é vista como uma prática de lutar por justiça e liberdade, em um contexto em que o controle sobre a vida e a morte é uma das principais maneiras de exercício do poder.

Com isso, a cisnormatividade é um termo utilizado para se referir à normatização da identidade de gênero cisgênero, ou seja, indivíduos que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Essa normatização se manifesta em diversas esferas da vida social, desde a linguagem até as políticas públicas, e tem influências na vida das pessoas que não se enquadram nessa norma. Isso implica que tudo que estiver fora da dualidade masculina ou feminina não existe ou se existe assume caráter anormal, é visto como problema, estigma ou patologia. Muito do que se conhece sobre comportamento humano foi descrito dentro deste conceito limitante. As relações entre indivíduos, a produção cultural e científica de toda uma nação encontra amparo reconfortante neste preceito dualista. Expressões contrárias se deparam com forte resistência e frequentemente são descartadas, quando não, atacadas por defensores da cisnormatividade como regra. O próprio termo cisgênero surge no intuito de designar o caráter formativo de um ideal que é imposto, ao nomeá-lo evidenciamos o fato de que não existe um sujeito a partir de seu sexo e formação genital, mas sim um sujeito construído baseado na premissa biológica binária, definição esta que não contempla o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos dessa sociedade. Dentro da ótica cisgênera, a partir do momento em que o sujeito é designado menino ou menina uma série de comportamentos são previstos e imputados a duras custas (Silva; Souza; Bezerra, 2019)

É presente na cultura atual a hipervalorização e padronização dos corpos, isso está diretamente relacionado com a forma de expressão e performance dos sujeitos. Devido a esta exposição, torna-se efêmera a maneira que a sociedade encara a evolução dos corpos e suas imagens. O corpo humano pode ser considerado como um instrumento de fácil acesso, pela possibilidade de manipulação, transformação e instrução (Foucault, 1975). Apesar do movimento de padronização estética, existe uma forte dinâmica onde a representação dos corpos busca se distanciar cada vez mais daquilo que carrega a construção de um caráter normativo e que determina a forma que o indivíduo deve existir em sociedade. Para a comunidade trans e não binária, a padronização e o poder sobre o corpo se torna ainda mais intensa considerando o contexto de violência e as formas de existência desses/as sujeitos.

Nessa medida, reconhecer o termo cis é perceber que a maioria das pessoas cisgêneras não terão que enfrentar uma violência nos moldes das transfobias cotidianas – ao contrário das pessoas trans, que muitas vezes terão suas vidas ceifadas justamente pela opressão transfóbica por, simplesmente, fugirem dos padrões cisnormativos da sociedade (SILVA; SOUZA; BEZERRA, 2019, p. 7).

A cisnormatividade se relaciona com os autores desta fundamentação (Silva; Souza; Bezerra, 2019) partindo da ideia de que a identidade de gênero é uma construção social que se desenvolve a partir de normas e práticas específicas. Assim como a sexualidade, a identidade de gênero não é algo natural ou essencial, mas sim algo que é construído e regulado pela sociedade. O filósofo Michel Foucault (1977) elabora a descrição em volta do que chamamos de poder sobre o corpo e como essa função é exercida não somente como forma de punição, mas também como instrumento de molde da sociedade. Essa modelação social implica diretamente na forma de vida dos indivíduos de tal meio, visto que há uma padronização do que se tem como modelo. Esse poderio é composto não somente por alguma instituição, ou regido por indivíduos ímpares que o possuem, mas sim por uma construção histórica na sociedade que acaba por definir o que é padrão ou não.

Diante disso, nota-se que Foucault (1977) reforça a dificuldade em trabalhar com aquilo que é caracterizado como anormal, ou seja, provém de um discurso onde o “desejo” se torna refém da concordância com as normas das instituições que impõe regras como única via possível de realização, honra e poder. Este desejo descrito pelo autor se vê fluido e natural e gostaria de se realizar permanecendo e sendo aceito desta forma sem ser obrigado a antagonizar ou seguir as instituições.

Desde muito cedo, a sociedade naturaliza os processos de exclusão contra pessoas trans e nos ensinam a ter medo das travestis, e que não devemos transitar pelas ruas onde trabalham ou evitar ambientes em que elas estejam. O argumento é o de que elas representam um alto risco às "pessoas de bem". Sua existência, marginal e marginalizada, desperta ódio e desejo daqueles que se curvam diante da subversão que estes corpos representam. (...) É comum observamos uma tentativa constante da associação e entre travestis e atividades ilícitas para justificar a violência e/ou os assassinatos dos quais são vítimas, o que põe o Brasil no topo do ranking da violência contra pessoas trans no mundo, reforçando velhos estigmas sobre o mito da travesti violenta que aprendemos a temer desde muito cedo. As associações recorrentes são o uso de drogas, disputa de território, tentativa de extorsão e roubo. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021 apud BENEVIDES e NOGUEIRA, 2020, p. 45).

Nesse sentido, a cisnormatividade pode ser vista como uma forma de exercício do poder sobre os corpos e as vidas dos indivíduos, uma vez que impõe normas e limites às identidades de gênero e restringe a possibilidade de expressão e de existência das pessoas transgênero, não- binárias e outras que não se enquadram na norma cisgênero.

Essa relação pode ser vista claramente pela maneira como a violência e a morte são utilizadas como ferramentas para regulamentar as normas de gênero e sexualidade, conforme discutido por Judith Butler (2003) e Achille Mbembe (2018). A imposição da cisnormatividade limita as possibilidades de existência das pessoas transgênero, não-binárias e outras que não se enquadram na cisnorma, trabalhando suas vidas em risco e perpetuando a dominação sobre seus corpos e suas identidades.

Em suma, a cisnormatividade se relaciona com os temas discutidos anteriormente a partir da ideia de que a identidade de gênero é uma construção social que se desenvolve a partir de normas e práticas específicas, e que a imposição dessas normas está diretamente relacionada ao exercício do poder sobre os corpos e as vidas dos indivíduos.

Os estudos da Psicologia sobre processos pessoais, sociais e as interações que permeiam a existência de um sujeito, possuem um papel de extrema valia nos debates relacionados à cisnormatividade e vivência da população trans e travesti. Em contrapartida, a partir de manuais de diagnósticos é possível perceber o cunho patologizante presente no discurso de documentos importantes da área da saúde.

Apesar de luta constante ter resultado em mudanças significativas dentro de órgãos políticos, ainda é possível identificar movimentos que penalizam a existência de um corpo trans e travestis, principalmente através de ferramentas patologizantes, como por exemplo o termo “Disforia de Gênero”, classificado pelo DSM-V e que coloca estas identidades em posições de constante condição psicológica e conseqüentemente em um lugar de incoerência.

Para Jesus (2016, p. 550):

Essa caracterização continua sendo patologizante, pois considera que as pessoas trans vivem, naturalmente, uma insatisfação e um desprazer com o seu gênero, o que não é o caso. O sofrimento da pessoa trans não é decorrente do gênero com o qual ela se reconhece, mas da reação agressiva e despersonalizadora da sociedade ante às identidades trans.

Com isso, nota-se que ao colocar uma identidade trans ou travesti em uma posição de transtorno, não só perpetua atitudes transfóbicas, como reforça o discurso de que ser uma pessoa trans e/ou travesti é inerente ao sofrimento criado e reproduzido por uma sociedade cisnormativa. A Psicologia, por sua vez, é tomada como campo de discussão sobre determinados movimentos como o Ministério da Saúde (2013) exigir no mínimo dois anos de acompanhamento junto a uma equipe multidisciplinar, incluindo profissionais da Psicologia, para que o processo transsexualizador ocorresse. A partir disso, o CFP se posiciona através de uma Nota técnica (2013) considerando e orientando os profissionais a atuarem de forma

coerente. Porém, é possível pontuar questões contraditórias no documento, uma vez que ao mesmo tempo que se é citado que o profissional deve levar em conta a integralidade e pluralidade da pessoa, não reduzindo o atendimento ao procedimento cirúrgico, também é citado que o profissional de psicologia é fundamental para o processo transsexualizador, sugestionando certa incapacidade e autonomia da pessoa trans enquanto sujeito de compreensão do seu próprio eu.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo foi produzido a partir de uma revisão bibliográfica, sendo este um método de pesquisa e desenvolvimento de determinado assunto, partindo de uma premissa de utilização de materiais já existentes, sejam artigos científicos ou obras (Gil, 2002) Com isso, o trabalho de revisão bibliográfica teve como um dos principais métodos centrais a análise de determinado tema ou problemática já levantada e discutida por outros autores. Segundo Gil (2002), uma pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador seja contemplado por um vasto conteúdo, facilitando o desenvolvimento de um novo olhar para determinada temática. Para tanto, os artigos utilizados nesta pesquisa foram localizados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O estudo partiu do ano da campanha "Travesti e Respeito" que ocorreu no dia 29 de janeiro de 2004 e deu origem ao Dia Nacional da Visibilidade trans e percorreu até o presente período - 2022. Inicialmente a busca foi realizada com as palavras transgênero e Psicologia, porém ao identificar a escassez de resultados quando utilizada a palavra trans com terminologia "gênero", optou-se por utilizar as palavras-chave transexual e Psicologia, porém, ao longo da pesquisa foi empregado o termo 'pessoas trans' de forma que torne o processo de escrita e leitura mais inclusivo. Foram considerados na coleta dados os artigos científicos escritos por psicólogos, na língua portuguesa, produzidos em território nacional a fim de promover uma revisão decolonial, mais ajustada à realidade e contexto da população deste país. Os critérios de exclusão de pesquisa foram: artigos que não estavam na língua portuguesa, não possuíam entre as pessoas autoras psicólogas, artigos anteriores ao ano de 2004 e posteriores a 2022.

Diante das palavras-chaves utilizadas foram encontradas 212 produções nas referidas bases de dados, sendo: 204 no Periódicos CAPES e 8 na Scielo. Após análise os artigos foram descartados pelos seguintes motivos: 105 não estavam na língua portuguesa, 8 eram duplicatas, 4 estavam fora do período selecionado para a realização da pesquisa, 56 artigos estavam fora do tema previsto para ser trabalhado e 25 artigos não possuíam profissionais da Psicologia como autores. Com isso, foram selecionados 31 artigos para esta revisão bibliográfica, conforme apêndice A.

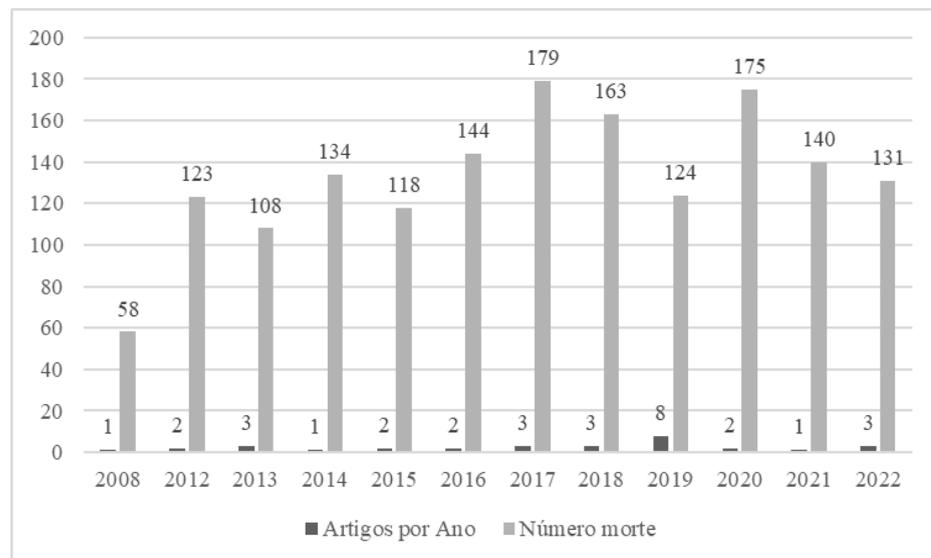
Após a seleção dos artigos científicos, foram realizadas leituras e análises dos conteúdos por meio de seus resumos, tendo em conta questões a serem desconsideradas da

reflexão proposta pelo presente trabalho, bem como as observações com potencial de serem validadas para a pesquisa.

#### 4 RESULTADOS

Dentre os critérios de inclusão desta pesquisa, foram selecionados 31 artigos compatíveis aos objetivos e requisitos, que serão detalhados abaixo através de tabelas, gráficos e descritos em formato de texto. Os dados apresentados que obtiveram informações do número de mortes foram relacionados com o Dossiê "Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022" publicado pela ANTRA em 2023. O Gráfico 1 apresenta o número de publicações entre os anos de 2008 e 2022, em comparação à taxa de mortalidade da comunidade trans e travestis no Brasil retirado do documento acima mencionado. A contagem de dados se inicia no ano de 2008 pois foi “o ano que a ONG transgender Europe (TGEU) inicia o monitoramento global” (ANTRA, 2023, p.27).

**Gráfico 1 - Ano de Publicação dos Artigos em proporção à Taxa de Mortalidade.**



Fonte: Dados de produção coletado pelas pessoas autoras (2023)

Dados de morte - Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e transexuais Brasileiras em 2022 (2023)

Os dados apresentados no gráfico 1 reforçam a maneira que a política de poder sob os corpos se faz presente e em paralelo corrobora com a ideia de soberania, e “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (MBEMBE, 2018, p.4). Na construção da ideia de controle sob os corpos, deve-se enfatizar na regulação que o sistema opera, ao trabalhar na subdivisão da população, assim sendo capaz de nomear e dividir entre os que devem ou não viver, que está relacionado ao

conceito de biopoder discutido por Michel Foucault por “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008a, p. 3, apud, Furtado, Camilo, 2016), poder este que se faz presente na história desde as colonizações. Partindo disso, o conceito de necropolítica, proposto por Mbembe, questiona a política envolvida no ato de morrer, e que está fortemente presente no que se diz respeito à morte de corpos trans e travestis. A estrutura da política heterocisnormativa, de acordo com Caravaca-Morera e Padilha (2018) constrói a noção de normalidade nos padrões cis-heterossexuais, reforçando a soberania destas pessoas e possibilitando que corpos que não se encaixam neste modelo sejam marginalizados, apagados e mortos. Além disso, a necropolítica trans contempla a perda de todo e qualquer direito social e sobre o próprio corpo que a população trans e travesti tem o direito de usufruir, sendo resultado de uma morte social e higienização dos corpos provocada pelo sistema cis-heteronormativo, portanto, apesar dos dados de morte apresentados pela ANTRA, serem extremos, é importante destacar o peso que se é colocado sob corpos trans a medida em que estes são marginalizados e apagados diariamente, gerando a morte em vida, corpos que muitas vezes são expostos à situações antagônicas aos direitos humanos.

Além da discrepância presente nos dados entre “Número de artigos por ano” e “Número de morte”, podemos perceber no gráfico 1, que no ano de 2017 prevaleceu o número de mortes da comunidade trans e travestis entre os anos apresentados no gráfico. Segundo a ANTRA (2018) o número de casos de violência aumentou à medida que pessoas conservadoras passaram a revogar os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, partindo de fundamentos religiosos e de cunho violento. Além disso, não foi possível encontrar outros fatores complementares para que o aumento de agressões e assassinatos tornasse 2017 o ano com mais crimes cometidos contra comunidade trans e travestis.

Importante considerar que segundo ANTRA (2023), o Dossiê publicado em 2023 apresenta dados públicos e coletados através de casos publicados pela mídia. Com isso, não representam exatidão, devido às limitações na busca de informações, como também pela ausência de dados e políticas governamentais sobre a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+, reforçando a negligência do Estado em relação às agressões direcionadas a esta comunidade. O Dossiê passou a ser produzido a partir do ano de 2017, ano este que registrou o maior número de assassinatos contra pessoas trans da história do país. Devido a este fato, se fez necessária a denúncia do aumento da violência contra a comunidade trans e travesti através da produção do Mapa dos Assassinatos de Travestis e transexuais no Brasil -

nome dado inicialmente ao documento que atualmente é denominado como Dossiê - Assassinatos e Violências contra Travestis e transexuais Brasileiras. A pesquisa sobre as violências surge em um momento em que os dados governamentais sobre essa vertente eram inexistentes, sejam eles relacionados às agressões contra pessoas LGBTQIAPN+, violências institucionais ou negações e apagamentos quando há denúncia sob quaisquer que sejam as pessoas envolvidas, reforçando a culpa na vítima pela violência a que foi exposta (ANTRA, 2023).

Os artigos selecionados e publicados em 2017, possuem as seguintes temáticas: pesquisa qualitativa e exploratória acerca dos discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs (Apóstolo; Moscheta; Souza, 2017), pesquisa de campo, descritiva, de natureza qualitativa e quantitativa acerca Psicologia e despatologização da transexualidade (Silva; Mello, 2017) e um terceiro documento produzido por meio de uma consulta realizada com estudantes de psicologia cujo tema é "A transgeneralidade Acerca de Bioética e Bioléi: A percepção dos universitários de graduação em psicologia" (Soares; Antoniassi; Melo, 2017). Diante da demanda crescente da população trans e assombrosa escalada de violência que compunham o clima do ano de 2017, estes artigos tentam estabelecer algum diálogo no contexto acadêmico, seja entre profissionais ou estudantes, acerca de pessoas LGBTQIAPN+. O ponto negativo em comum entre os artigos citados acima é o desconhecimento acerca desta população, a insegurança em abordar o tema e em alguns momentos, puro preconceito.

Na tabela 2, são apresentadas as instituições às quais os autores dos artigos estão vinculados.

**Tabela 2 - Universidades com Artigos Publicados**

DESCRIÇÃO	TOTAL
Centro Universitário De João Pessoa	1
Faculdade De Saúde E Humanidades Ibituruna	1
Faculdade Patos De Minas	1
Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais	1
Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais	2
Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul	1

Universidade de São Paulo	2
Universidade do Estado do Rio De Janeiro	3
Universidade Do Extremo Sul Catarinense	1
Universidade Estadual De Feira De Santana	1
Universidade Estadual De Maringá	1
Universidade Estadual Paulista	3
Universidade Federal Da Bahia	1
Universidade Federal De Alagoas	1
Universidade Federal De Minas Gerais	1
Universidade Federal De Pernambuco	1
Universidade Federal De Santa Catarina	1
Universidade Federal De Sergipe	2
Universidade Federal Do Rio De Janeiro	2
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	1
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	2
Universidade Federal Do Triângulo Mineiro	1

Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras (2023)

Nota-se que houveram 22 instituições presentes, sendo que a prevalência de produções publicadas possui filiação entre três diferentes universidades, sendo elas Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Estadual Paulista e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde cada uma possui três artigos publicados. Deve-se considerar que as instituições citadas são vinculadas aos autores principais de cada produção. As demais publicações selecionadas para a presente pesquisa pertencem a outros centros universitários, tendo uma predominância de produções em universidades públicas. A predominância de publicações em instituições públicas, levanta o questionamento do motivo de existir mais que o dobro de produções, em relação às privadas. De acordo com o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP em 2021, no Brasil existem 2.574 instituições de ensino superior, destas, 2.261 são privadas e 313 públicas. Embora as instituições privadas correspondam a 80,5% não é possível verificar proporcional interesse na produção acadêmica relacionada à temática

LGBTQIAP+. Esta evidência denuncia tardiamente uma política neoliberal que vem tomando os espaços de diálogo e opinião pública desde a redemocratização do país, onde o fascismo encontrou abrigo para se fortalecer sob um falso progressismo ideológico burguês que culminou no golpe de 2016 (Dickmann, 2017b).

A agenda política neoliberal pós golpe, sob o argumento de austeridade orçamentária, propõe reformas na educação sob uma perspectiva tecnicista e positivista onde a educação é vista como meio de formar trabalhadores mais capacitados, abandonando o caráter emancipatório e formação para a vida. É assim que a utopia neoliberal, chamada por Pierre Bourdieu (2002, p. 122) de a “nova vulgata planetária”, transforma-se em uma espécie de “máquina infernal”, que esconde sua irracionalidade em uma “capa de razão matemática”. O neoliberalismo legítimo, com isso, o surgimento de um “mundo darwiniano”, que faz da insegurança, do sofrimento e do estresse o motor de uma sociedade em que a luta é de todos contra todos (Bourdieu, 1998b apud Fonseca, 2019, p.225). Paulo Freire (1992) já denunciava o modelo de educação da sua época, chamando-a de “educação bancária” onde o sujeito não existe em si, mas apenas como um objeto onde o educador deposita conhecimento, um meio para um fim, ele denuncia neste contexto o que chamou de “violência da interdição do corpo” diante dessa ótica, no livro Pedagogia da indignação, onde escreve um texto sobre o “Descobrimento da América (Freire, 2000, p. 73) sugere um redescobrimento da América na perspectiva da luta dos colonizados, nos propõe ocupar o lugar dos corpos marginalizados, escravizados e explorados e partindo daí refletir sobre os aspectos da atualidade que possuem origem neste “descobrimento”.

A partir do pensamento freiriano e de Fonseca (2019) podemos afirmar que as instituições de ensino superior privada obedecem a uma lógica mercantilista cujo objetivo é o lucro e dentro de uma agenda neoliberal pautas identitárias e de gênero não são estimuladas pois, além de não servirem ao propósito necropolítico, seriam, em parte, sua antítese. Principalmente nas sociedades latino-americanas, que apresentam um sistema educacional precário, onde as escolas têm o objetivo de manter o *status quo*, resultando em altas taxas de analfabetismo, (Freire 2001b apud. Brighente, Mesquida, 2016 p.162). O que justifica o baixo interesse das instituições privadas, portanto, fica situado no campo ideológico vigente, a manutenção de um estado conservador, a supressão da identidade individual e a negação da educação emancipatória. Um ponto importante nesta justificativa, são as políticas de inclusão da população trans dentro das universidades públicas que corroboram para essa disparidade em números de produções obtidas, como por exemplo, a aprovada pela Universidade Federal

de Santa Catarina (UFSC) em 08 de agosto de 2023, que assim como outros centros de ensino públicos já possuem, abre cota para a comunidade trans e travesti facilitando o ingresso destas identidades em ambiente acadêmico.

Não obstante, podemos afirmar que as instituições públicas seguem na vanguarda de temas relacionados ao bem-estar social, direitos universais e igualdade, o que proporciona conhecimento emancipatório e combatendo a necropolítica e a desigualdade social apesar das constantes ameaças neoliberais. (Brighente, Mesquida, 2016). Essa representatividade é visualizada com maior discrepância dentro da região sudeste do país, onde se encontram a maior parte dos artigos analisados, e destes, são 13 provenientes de instituições públicas e apenas 5 vindas do ensino privado.

Na tabela 3, foram analisados os dados referentes às produções por cada região do país.

**Tabela 3 - Produção por região do Brasil**

DESCRIÇÃO	TOTAL
SUDESTE	18
NORDESTE	8
SUL	5

Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras (2023)

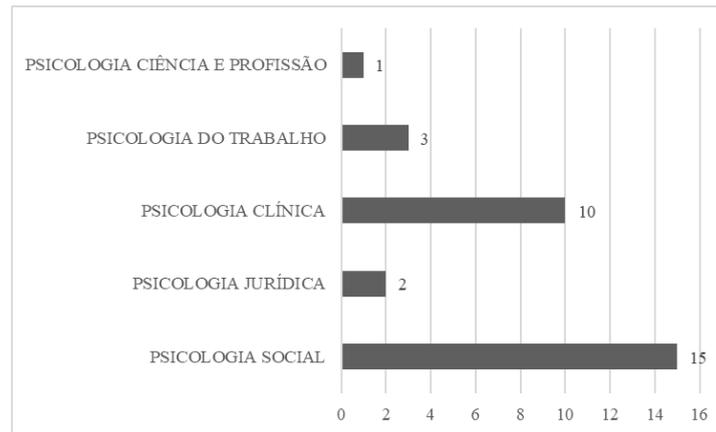
Com isso, é possível perceber que a pesquisa mostra uma prevalência de produções na região Sudeste (56,2%), seguido das demais regiões com registro de produção, no Nordeste (25%) e região Sul (18,7%), fatia essa que possui o menor número de produções e uma diversidade em relação à área da psicologia, como por exemplo: “Conjugualidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social” (Lomando, Nardi, 2013) o qual faz uma revisão da literatura brasileira e aborda o emocional conjugal no contexto trans; “Você não responde ao perfil: representações sociais sobre o mercado de trabalho para transexuais” (Lopes, et al, 2020), uma pesquisa qualitativa em busca de compreender a representação social da comunidade transexual no contexto profissional e a dificuldade enfrentada imposta pelo preconceito, para formação de carreira; “Assassinatos de Travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?” (Guimarães, *et al*, 2013), fazendo uma análise com relação mortalidade da comunidade trans e a forma que os pesquisadores que produzem sobre esses indivíduos se

atualizam em suas pesquisas ao longo do tempo; “Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia”, (Giongo, Menegotto, Petters, 2012), artigo em forma de pesquisa qualitativa que aborda a prostituição de trans e travestis, assim como a falta de apoio sofrida por esses sujeitos e seus sentimentos de solidão; “Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil” (Bonassi, *et al*, 2015), que em seu corpo textual, trabalha com a violência à comunidade transexual e travesti de Santa Catarina, apontando quais são esses métodos violentos se manifestam no meio social e nas políticas públicas. No restante das regiões do território brasileiro Centro-Oeste e Norte, não foram localizadas produções dentro dos artigos selecionados para esta pesquisa.

No último dossiê publicado pela ANTRA (2023), com dados referentes ao ano de 2022, apresenta que dentro dos 131 assassinatos, o Nordeste domina novamente o ranking das regiões com 40,5% (52 assassinatos) do número dos crimes contra a população trans e travesti do país, seguido da região Sudeste com 27% dos casos (35 assassinatos); Centro-Oeste com 13% (17 assassinatos); o Norte 12,5% (16 casos) e o Sul com 7% (9 assassinatos) dos crimes de contra esta comunidade. Percebe-se que apesar das regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente, terem liderado o número de produções, também são as principais localidades do Brasil a cometerem o maior número de crimes de assassinatos do país. Enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte não possuem números de produção e baixa taxa de morte se comparado ao Nordeste. Salienta-se que essa informação também pode ser resultado de uma subnotificação dos casos de assassinatos e devido à ausência de políticas públicas que permitem o acesso correto ao número de violência contra essa população, tornando estes dados ainda mais incertos. Comparando o número de produções e mortes das regiões que dominam o ranking, é possível compreender que os artigos selecionados para esta pesquisa e listados por região, não necessariamente estão relacionados com uma baixa taxa de violência.

No próximo gráfico, detalha-se as áreas da psicologia em que os artigos publicados foram enquadrados.

#### **Gráfico 4 - Áreas da Psicologia dos Artigos Publicados**



Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras (2023)

Trazendo a visão destes, 46,9% dos materiais encontrados estão dentro do viés da psicologia social, logo atrás estão 34,4% das publicações na psicologia clínica e dentro dos 18,7% restantes, abrangendo as áreas de ciência e profissão, jurídica e trabalho.

Com o gráfico 3, observa-se como ainda é nichada a pesquisa se tratando da população trans e travesti do país. Apenas dois vieses da psicologia concentram 81,3% dos resultados encontrados. Considerando os diversos ramos existentes na academia, poderia haver muito mais material produzido, por exemplo dentro da psicologia do trabalho, visto que há uma grande parcela de pessoas trans e travestis exercendo a prostituição como principal fonte de renda.

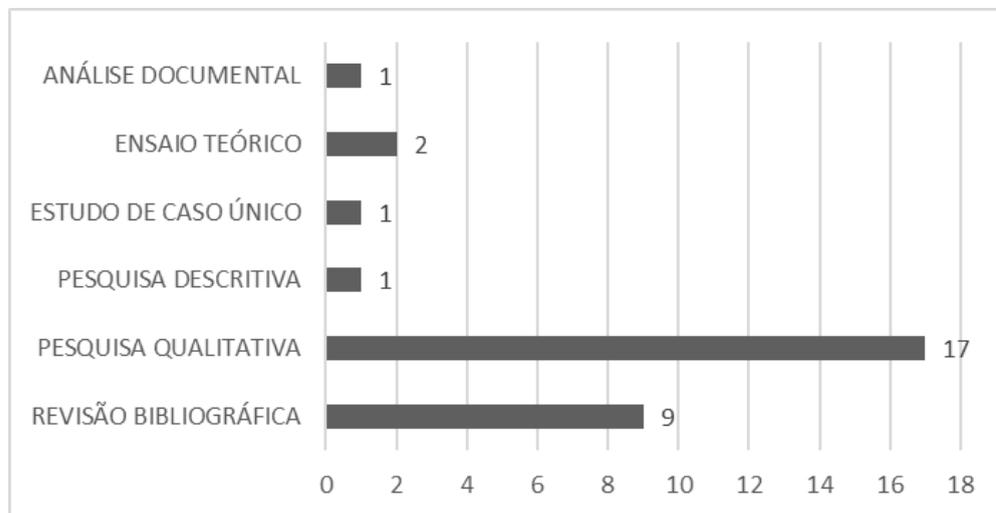
Dentro de uma base de dados onde se encontrou 31 artigos e sendo apenas 3 desses direcionados para a psicologia do trabalho: Percepção das pessoas trans acerca do acesso ao mercado de trabalho (Ferreira, Ribeiro, Brito, 2022) que aborda em forma de pesquisa a forma que os enxergam a profissionalidade e as dificuldade que encontram em sua jornada pelo fato de serem membros da comunidade de pessoas transgênero. Você não responde ao perfil: representações sociais sobre o mercado de trabalho para transexuais (Lopes, *et al*, 2020) busca apresentar a falta de projeção de futuro que existe para pessoas trans em relação ao trabalho, justamente pelo fato do preconceito e exclusão que se faz com essa comunidade, impossibilitando-os de pensar em sua formação de carreira. E binarismo de gênero, identidade, trabalho e prostituição: um estudo qualitativo sobre a população transgênera de Belo Horizonte (Villani, Ribeiro, 2019) traz uma pesquisa não somente com a temática de trabalho, como também da identificação de gênero, documentação e nome social, juntamente com a formalização profissional do indivíduo trans. Ao realizar a análise destes artigos, percebe-se que as produções abordam dados e estudos semelhantes, ou seja, não amplificando a área Psicologia do trabalho relacionada à atuação de pessoas trans e travestis. Sempre a

dificuldade que indivíduos trans e travesti encontram ao se depararem com o mercado de trabalho formal. As publicações foram feitas em forma de pesquisa e analisam o assunto da mesma forma, mudando poucos aspectos e apenas uma produção levanta a questão da projeção de futuro profissional da comunidade.

Baseando-se nessa informação, analisa-se que mesmo tendo material que fala do assunto, a população trans não é vista em uma perspectiva de futuro, sendo somente o aqui e agora para estes. De acordo com Bitencourt e Santos (2019) a política higienista se encarrega de fazer com que pessoas travestis e trans não se vejam além do dia que estão vivendo, pois, a cultura europeia e conservadora implantada no Brasil coloca essas pessoas para as periferias da sociedade, excluindo-as das tradicionais formas de trabalho. Fazendo tal exclusão, as pessoas da comunidade trans são colocadas no lugar de mortos em vida, onde na prática não possuem direitos e condições mínimas para vivência, ou seja, precisam ir se encaixando nos cantos da sociedade em que são jogados e subsistem dentro da mesma.

Também foram analisadas as metodologias utilizadas dentro dos artigos selecionados como base para o presente documento. A divisão é apresentada no gráfico que segue:

**Gráfico 5 - Tipos de Metodologias dos Artigos Publicados**



Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras (2023)

No método de pesquisa qualitativa foram tidos 43,7% do número total de materiais analisados, em forma de revisão bibliográfica teve-se o número de 21,8%, e 34,3% das publicações delimitam-se dentro das demais áreas da psicologia descritas dentro do gráfico.

Uma hipótese para a predominância da pesquisa qualitativa é encontrada no caráter do objetivo em comum verificado nos artigos, que está em compreender determinados aspectos

de um grupo e seus indivíduos, assim como a subjetividade destes sujeitos, que são atravessados por incontáveis variáveis que os compõem. Dessa forma, tal método abrange as singularidades dentro de um objetivo central. Para tanto, os pesquisadores devem adotar preferencialmente técnicas qualitativas de coleta de dados e uma atitude positiva de escuta e empatia (Gil, 2002).

Além disso, o que se deve observar nessas produções é a baixa incidência de autorregulação na produção acadêmica e a demora para que estas produções sejam publicadas. Com pouca adequação em relação aos novos conhecimentos produzidos pela população trans, termos ultrapassados e até considerados ofensivos, como por exemplo, *transsexualismo*, seguem sendo empregados mesmo anos após serem substituídos por termos mais adequados. Com isso, não somente torna desafiadora a busca por materiais dentro da temática desta pesquisa, como também reforça a urgência de maiores conhecimentos e estudos voltados para corpos trans e travestis principalmente na Psicologia.

Por fim, em síntese dos resultados, é observado a grande quantidade de produções em forma de pesquisa qualitativa, o que representa uma busca por entender a subjetividade e a vivência experienciada pela comunidade trans e travesti, assim como um número elevado de artigos produzidos nas instituições públicas quando comparado ao sistema privado, apresentando como a organização pública procura aprofundar-se mais no tema. A área social, mais vista como ramo da psicologia dentro dos materiais analisados, nos mostram a preocupação em trazer essa realidade à mostra. Por conta de ser o maior centro acadêmico do país, a região Sudeste é unânime em questão de produção, contando com mais de 50% dos artigos analisados, dentro da mesma. Quando olhado para o gráfico de escrita por ano, foi observado uma constância irregular, onde em determinados períodos, as produções aumentam, e da mesma forma em outros, elas acabam sendo menos escritas.

## 5 DISCUSSÃO

### 5.1 PONTO DE PARTIDA, DESPATOLOGIZAÇÃO E DIREITO.

Ao analisar os artigos selecionados para a presente pesquisa, identificamos que a produção acadêmica, em sua maioria, trata não só a problemática no processo de patologização das identidades trans e travestis, como também demais maneiras em que a transfobia está presente no contexto social e político atual do Brasil. Observa-se que nos estudos atuais sobre sexualidade e gênero, áreas de conhecimento como a Psicologia, busca pela emancipação do caráter patológico firmado sob identidades não heterossexuais e não cisgêneras, movimento este que promove uma revisão a respeito da ética e políticas na esfera profissional e científica (Conselho Federal de Psicologia, 2023). Esta conclusão pode ser encontrada também em outros trabalhos acadêmicos como por exemplo ““Eu continuo (sobre)vivendo, mas é isso?”: Uma análise psicossocial da formação de um coletivo transfeminista da cidade de Blumenau -SC” de Juliana Berezoschi (2019). Onde a autora já encontra escasso material a respeito da vivência trans e identifica uma recorrência predominantemente despatologizante acerca do tema.

Ao abordar despatologização como tema central, em boa parte dos artigos analisados, é possível notar que a Psicologia passa a amplificar a crítica em relação à diálogos sobre padrões estabelecidos, reavaliando práticas que buscam por curas com caráter ilusório, passando a considerar a conduta antiética e violenta historicamente construída e perpetuada. Conforme proposto por Sales, Lopes e Peres (2016) os mecanismos de prática da psicologia são embasados em visões normativas e reducionistas, que automaticamente legitima e reproduz violências à medida que invalida a pluralidade na experiência individual. Ao revisitar os métodos utilizados pelos profissionais da Psicologia, é possível garantir que o diálogo sobre a despatologização seja construído neste campo do saber, de forma que busque por criticar não somente a ineficácia de intervenções que visam realizar determinado tipo de tratamento, como também compreender de que maneira que profissionais desta área do conhecimento irão atuar diante das práticas transfóbicas reproduzidas pela academia, a fim de considerar a dimensão desta problemática para vivência e a saúde mental das identidades trans e travestis.

## 5.2 O DISCURSO GARANTIDOR DA EXISTÊNCIA

Um outro ponto importante e essencial de todos os artigos analisados, são as disputas discursivas que se desenrolam. Estas são representativas de várias forças que se entrelaçam, e neste contexto, elas são enfrentadas como dispositivos, conforme a perspectiva foucaultiana, que aborda o poder sob os corpos à medida que institui a biopolítica, responsável por exercer soberania em relação a determinada população (Foucault, 1976). Esses dispositivos têm a capacidade de revelar e promover diferentes interpretações das normativas de gênero, juntamente com suas inúmeras interseções, que, por sua vez, resultam em narrativas divergentes e estratégias de poder que exercem um impacto direto nas vidas das pessoas trans e travestis (Cassal, Garcia e Bicalho, 2011).

Tal como enfatizado por Marcia Tiburi (2016), o ódio não é apenas um sentimento, mas também um regime afetivo e ético-político que tem efeitos palpáveis na sociedade. Essas estratégias postas na prática por determinados grupos conservadores podem alcançar dimensões inimagináveis, e, portanto, é imperativo que as analisemos minuciosamente quando da produção acadêmica da psicologia. Os artigos selecionados para execução desta pesquisa, cada um a seu modo, expõe a construção normativa subjacente, que possui um objetivo evidente de eliminar determinados corpos e vidas, e se faz presente sob as mais diversas dimensões e temas abordados, seja vida profissional, relações familiares, embates jurídicos ou direitos sociais básicos. Essa hostilidade encontra abrigo, geralmente, sob o pretexto estranho de liberdade de expressão e pensamento (Tiburi, 2016). Por exemplo, é possível observar no artigo “Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs” (Apóstolo, Moscheta, Souza, 2017) a institucionalização do discurso e como ele se mantém cristalizado ao longo dos anos sob o cuidado e manutenção da instituição que o sustenta, assumindo caráter de senso comum, que frequentemente sofre alterações dada a velocidade que os contextos mudam e que encontrados assim, parados no tempo, não representam uma realidade macrossocial atualizada.

Para compreender melhor as implicações dessas disputas discursivas, os artigos escolhidos em nossa pesquisa evidenciam as diferentes concepções que emergem em relação às normativas de gênero. Implícita ou explicitamente, em cada um deles existe uma disputa discursiva. A exemplo o artigo “Psicologia e clínica-política no campo das transdiversidades” (Guilhon, Uziel, 2016) nos apresenta um discurso de norma e contra-norma e considerando um espectro mais amplo, essas normativas são frequentemente contestadas e reinterpretadas com base em diferentes valores, referências e identidades. Isso gera uma multiplicidade de

narrativas que são fundamentais para a compreensão de como as pessoas trans e travestis são percebidas e tratadas na sociedade.

### 5.3 INIMIGOS VELADOS, SEU DESVELAMENTO E COMBATE

Além disso, os cruzamentos dessas normativas com as estratégias de poder são evidentes. A exemplo citamos o Plano Plurianual - PPA 2004-2007 (Brasil, 2003), política pública que visa dirimir os impactos da diferenciação feita entre homens e mulheres, mas que não contempla em seus métodos a diversidade de gênero, mantendo-se como uma produção binária o que acaba por excluir pessoas trans e travestis (Moreira, *et al*, 2018). Grupos conservadores que se opõem a qualquer manifestação em prol da comunidade trans estão, de fato, tentando exercer influência sobre a vida dessas pessoas, impondo sua visão particular do que é aceitável. Isso não é apenas uma questão de discurso, mas também de ações que podem ter consequências para a saúde mental, segurança e na igualdade de oportunidades para as pessoas trans e travestis. Em contrapartida, os movimentos e articulações por meio de coletivos buscam unir forças por garantias de direito e espaço, formam-se alianças e parcerias que compartilham ideias, vivências e lutam juntas contra o conservadorismo e preconceito. Em uma análise minuciosa Berezoschi (2019) mapeia este embate de forças antagônicas e evidencia os aparatos legislativos e articulações políticas empregadas na cidade de Blumenau - SC, podemos perceber no decorrer de seu trabalho a distância abissal na garantia de direitos bem como a inabalável coragem e dedicação dessa população no enfrentamento e superação dessa distância.

Portanto é fundamental considerar que as produções acadêmicas no campo do discurso, representam provas de garantir os direitos e proteção a um grupo historicamente marginalizado e discriminado, respeitam princípios de dignidade, não discriminam e visam criar um ambiente mais inclusivo e igualitário. As ações favoráveis ao discurso não podem ser vistas como simples manifestações de opinião, mas como esforço de alcançar avanços dignamente justos no campo dos direitos humanos.

O rompimento com o sistema de poder sexo/gênero problematiza a naturalização das diferenças atribuídas aos corpos e às suas identidades, provocando fissuras nas disciplinas de controle do biopoder (FOUCAULT, 1988) e apontando para a fabricação de uma diferença sexual que fundamenta o ontológico no biológico (PRECIADO, 2011). Desconsiderar essa distinção corrobora a invisibilidade de preceitos teóricos básicos, propiciando leituras que reiteram uma visão binária e reducionista de gênero. (MOREIRA, BRITO, OLIVEIRA, ALVES, 2018)

Entretanto, ao analisar o discurso dos grupos conservadores, fica claro que eles utilizam discursos retóricos a fim de justificar seu ódio. É essencial compreender que a liberdade de expressão não é um direito absoluto e incondicional, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, art.5º). Ela encontra limites quando é usada como pretexto para incitar o ódio, a discriminação e a violência contra grupos minoritários. O discurso de ódio não é apenas uma questão retórica; ele tem implicações concretas na vida e no bem-estar das pessoas. Em termos práticos, essas disputas discursivas turvam uma análise crítica e um engajamento contínuo por parte da sociedade. É fundamental que as vozes que defendem a igualdade e a não discriminação sejam ouvidas e fortalecidas.

#### 5.4 RESPONSABILIDADE E REPRESENTATIVIDADE, UM COMPROMISSO

Além disso, observamos que as instituições públicas e a sociedade civil se fazem presentes em toda análise, seja provendo ambiente e condições para a produção acadêmica livre e crítica, seja pelo apoio demonstrado aos acadêmicos em seus agradecimentos ou na posição de objeto de estudo, ambos participam de algo muito maior que seus interesses individuais e desempenham um papel importante na defesa e na implementação de políticas que protegem os direitos das pessoas trans e travestis, desenvolvem a conscientização pública, a educação sobre questões de gênero e a criação de ambientes seguros e inclusivos. É possível observar a presença de cidadãos no artigo "Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs" (Apóstolo; Moscheta; Souza, 2017). Através de um método de facilitação denominado como Projeto de Conversações Públicas (PCP), de origem norte-americana, que é caracterizado pela estruturação de um diálogo promovido por pessoas facilitadoras e profissionais, a fim de possibilitar a construção de uma roda de conversa. O momento é dividido em três períodos, onde cada participante tem a oportunidade de compartilhar experiências individuais que fundamentam suas concepções sobre o tema discutido. O movimento de diálogo criado tem por objetivo viabilizar e abrir espaço para conversas entre pessoas com diferentes vivências e posicionamentos, com a finalidade de desmistificar visões estereotipadas e preconceituosas em relação a alguém ou sobre determinada temática. (Apóstolo; Moscheta; Souza, 2017). Além disso, no artigo "Processo transexualizador no SUS: Questões para a Psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização" (Cazeiro *et al*, 2022) através de uma pesquisa qualitativa foi realizada uma

reflexão acerca dos itinerários terapêuticos de pessoas da comunidade trans na busca por cuidados de saúde na rede pública de saúde.

Com isso, as disputas discursivas em torno das normativas de gênero têm implicações profundas na vida das pessoas trans e travestis. Elas não são apenas questões de opinião, mas têm o potencial de afetar significativamente o bem-estar e a segurança dessas pessoas. Portanto, é fundamental continuar a analisar e expor as estratégias de poder subjacentes ao discurso de ódio, enquanto se promove um diálogo construtivo e se defende a igualdade e a não discriminação. Somente dessa forma poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Embora os estudos desta ciência se inclinarem sobre a individualidade dos sujeitos, é notável que a psicologia embasa determinadas subjetividades partindo de conceitos historicamente já existentes e que por isso, muitas vezes são tomados por vieses reducionistas, contrapondo a ideia de singularidade existencial em cada ser. Diante disso, Sales, Lopes e Peres (2016) afirmam que o campo da psicologia, ao se basear em uma visão simplista, possui uma tendência universalizante no que diz respeito à criação de padrões normativos, produzindo violências, que se reproduzem de forma brutal e excludente em relação às múltiplas possibilidades de existência. Partindo deste pensamento, a noção patológica é construída à medida que os modelos e estereótipos esperados passam a não ser atendidos por determinado grupo de pessoas, marginalizando não só seus direitos e desejos, como também expressões de vida.

## 5.5 CISNORMATIVIDADE, BIOPODER E NECROPOLÍTICA

Diante disso, percebemos que o enclausuramento de identidades trans e travestis é decorrente de uma política cis-heteronormativa pós-colonialista, que majoritariamente, busca por reforçar a normatividade do binarismo de gênero ao estabelecer expectativas em homens e mulheres, de forma que institui àqueles que não atendem aos padrões determinados, social e politicamente, como indivíduos sem cidadania, tampouco, direitos civis. Enquanto as pessoas que se adequam aos modelos da cis-heterossexualidade assumem o papel de soberania (Caravaca-Morera e Padilha, 2018), e automaticamente reproduzem movimentos de violência e apagamento existencial de grupos não cis-heteronormativos. A prática de hierarquização dos corpos está relacionada com o conceito de biopoder discutido por Michel Foucault (1999) e abordado anteriormente, que se caracteriza por práticas que visam controlar sociedades partindo da premissa do "fazer viver, deixar morrer" e que consequentemente está associada à

noção de soberania, que no contexto discutido é aplicada no poder em relação ao controle de vida e morte da população trans e travesti. Como consequência disso, "necropoder e biopoder (vida matável e vida vivível) são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam o Estado-nação" (Bento, 2018, p. 4).

Ao tratar a sexualidade e sua pluralidade dentro de uma perspectiva cisnormativa não convencional, onde querendo reconhecer, apoiar e garantir a representatividade trans e travesti, acaba por classificar o sujeito em uma nova categoria de indivíduo. Como objeto de pesquisa, o sujeito trans acaba sendo isolado para que assim seja feita a análise de suas demandas, não de forma individualizante, mas sim dentro de uma comunidade. Assim, acaba por assumir a identidade de todo um grupo, perdendo assim a sua própria singularidade, conforme abordado "a categoria "trans" também não deve ser vista como um grupo. Essas pessoas não se tratam de um bloco, de uma narrativa única e estável" (Favero, 2022, p. 4). Com isso, nota-se que, à medida que a perspectiva cisnormativa é adotada pela produção acadêmica analisada, a ideia, corrobora com questões jurídicas discutidas por Judith Butler:

As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos - isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo "proteção" dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. (BUTLER, 2003, p. 18)

Segundo a fala trazida por Butler (2003), mesmo que a Psicologia busque por acabar com os fundamentos cisnormativos, será construída por uma noção jurídica e consequentemente por um sistema, que por outro lado seria também o seu aliado para a própria emancipação. Apesar da constatação de Judith Butler se referir ao feminismo, se aplicaria à luta contra a transfobia, criando um movimento cíclico de luta, à medida que o poder jurídico continue a desenvolver e perpetuar políticas que prevêm o controle dos corpos.

Ao considerarmos as noções cisnormativas criadas e fortalecidas pelo coletivo, adequamos todo e qualquer corpo dentro de um binarismo social, o qual é construído pela ótica dual, partindo de um determinismo biológico e que automaticamente depositam expectativas dessa dualidade quando relacionada também ao gênero do sujeito, o que nos faz considerar a fala de Judith Butler quando aborda a imutabilidade do sexo ser contestável, concluindo que a noção de "sexo" pode ser tão atribuída à uma construção social quanto a de gênero (Butler, 2003). Para além da performance física individual, o atual sistema

heteronormativo, transfóbico e binário automaticamente anseia pelo comportamento social imposto inicialmente por uma visão sexista e cis-heteronormativa dos corpos, comportamento que reforça o apagamento existencial de identidades trans.

Diante disso, a construção de um sistema binário é inevitavelmente capaz de corroborar com a exclusão de corpos que não atendem às normas de gênero já estabelecidas, e a partir do momento em que o Estado se vê em um conflito estrutural, passa a desenvolver estratégias de controlar e regular os corpos (Cannone, 2019). Como pode-se perceber através da patologização, padronização, dominação da vida e morte, como anteriormente discutido nos dados disponibilizados pela ANTRA.

Além do peso nocivo e problemático evidente que a cisnormatividade carrega, deve-se considerar a cultura institucionalizada e discriminatória, uma vez que naturalizar a cisnormatividade automaticamente priva a comunidade trans de obter sua dignidade reconhecida (Cavalcanti, Carvalho e Bicalho, 2019; apud Kristeva, 1989). Isto é, não garantir a validação e respeito pela existência deste grupo, o que nos dá visão ampla da maneira que a hierarquização de poder é instituída sob grupos que não atendem às normas, aqui pautando não somente a comunidade trans, como também uma perspectiva de interseccionalidade, ao associar o gênero a outros grupos sociais, que fortalece ou não os critérios desumanizados de exclusão social, fundamentada no racismo, sexismo, classismo e transfobia (Alves, Moreira, 2018).

A prática de hierarquização dos corpos está relacionada com o conceito de biopoder discutido por Michel Foucault (1976) e abordado anteriormente, que se caracteriza por práticas que visam controlar sociedades partindo da premissa da realidade biológica daqueles indivíduos e que conseqüentemente está associada à noção de soberania, que no contexto discutido é aplicada no poder em relação ao controle de vida e morte da população trans e travesti. Segundo Caravaca-Morera e Padilha (2018), torna-se indispensável analisar casos e fatos expostos diariamente, de maneira que seja revisitada a forma que a estudo do ser tem se debruçado em relação à política normativa perpetuada, que automaticamente se torna um pretexto para promoção de invisibilidade, homicídios e suicídios na comunidade trans.

Diante do que foi discutido na presente pesquisa, nota-se que a ausência de discussão sobre a problemática que o sistema cisnormativo carrega, provoca uma série de argumentos e necessidades a serem trabalhadas com relação ao papel da Psicologia enquanto mediadora da luta, construindo uma visão crítica e analítica da atuação de profissionais da Psicologia em acontecimentos transfóbicos, na intenção de desnaturalizar atitudes que são responsáveis pela perpetuação e execução de um ódio fatal.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que a produção acadêmica sobre a despatologização das identidades trans e travestis não se limita apenas a uma questão restrita à Psicologia, mas transcende para uma análise abrangente das interações entre o sistema cisnormativo, como estratégias de poder e a propagação da transfobia. Estes estudos revelam uma necessidade premente de questionar e reformular as abordagens tradicionais que perpetuaram a marginalização das pessoas trans e travestis.

É notável que a Psicologia, enquanto área de conhecimento, desempenha um papel crucial na desconstrução de estereótipos e padrões normativos que prejudicam as identidades trans. Além disso, ela também deve assumir a responsabilidade de criticar as práticas de identidade que buscam "curar" pessoas não cisgêneras, reconhecendo o impacto negativo de tais abordagens não apenas na eficácia dos tratamentos, mas também na saúde mental e na qualidade de vida das pessoas trans e travestis.

A presença de instituições públicas e da sociedade civil é crucial para promover um ambiente mais inclusivo e justo, apoiando pesquisas e políticas que defendam os direitos das pessoas trans e travestis. A produção acadêmica desempenha um papel importante na construção de argumentos embasados em evidências que são levantadas para a garantia de direitos e a proteção dessa comunidade.

A discussão também enfatiza a necessidade de superar a cisnormatividade e a binaridade de gênero que são marginalizadas como identidades trans. A Psicologia, ao desafiar essas normas, deve estar ciente de sua própria influência na construção de padrões normativos, que por sua vez podem levar à patologização e à exclusão.

A abordagem crítica das normativas de gênero e das estratégias de poder, juntamente com a conscientização sobre a influência do sistema jurídico na vida das pessoas trans, aponta para a necessidade de uma luta contínua e colaborativa para criar uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em resumo, os artigos analisados fornecem percepções profundas sobre a complexidade da luta contra a transfobia, ressaltando a importância da Psicologia e de outras áreas acadêmicas na promoção de uma visão crítica, igualitária e inclusiva, assim como na desconstrução dos sistemas de poder que perpetuam a discriminação contra as identidades trans e travestis.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, V.; SANTOS, M. A. Experiência Conjugal de Casal Cis-trans: Contribuições ao Estudo da Transconjugalidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe3, p. e228629, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/JcvF89SD84PGPPbBzQWyBMt/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 14, p. 380–407, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bvJMJJtLDKm3387YtgS54bw/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 13 set. 2023.
- ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C. Educação, nome (social) e políticas públicas: o caso Nazaré, uma estudante transexual na escola. *Educação em Foco*, [S. l.], v. 21, n. 34, p. 103–123, 2018. DOI: 10.24934/eef.v21i34.1434. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1434>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- APÓSTOLO, M. V. DO A.; MOSCHETA, M. DOS S.; SOUZA, L. V. E. Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs. *Psicologia USP*, v. 28, n. 2, p. 266–275, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/M5gLLsMrzz3XSpwSPNmr5sv/?lang=pt#>. Acesso em 10 de out de 2023.
- BENEVIDES, B. DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2022. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em 18 ago. 2023.
- BENEVIDES, B. DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2021. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.
- BENEVIDES, B. DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2019. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em 18 ago. 2023.
- BENEVIDES, B. DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2017. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.
- BENTO, B.. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, n. 53, p. e185305, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 31 de out de 2023.

BEREZOSCHI, J. “Eu continuo (sobre)vivendo, mas é isso?”: análise psicossocial da formação de um coletivo transfeminista da cidade de Blumenau-SC. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22649/2/Juliana%20Berezoschi.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

BICALHO, P. P. G. DE .. Disputas em torno da Regulamentação da Profissão: A Psicologia em Defesa das Orientações Sexuais e Identidades de Gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, n. spe, p. e264832, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/GwmX7TxRLwxKJ6D3RMYd98j/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 20 set. 2023.

Binarismo de gênero, identidade, trabalho e prostituição: um estudo qualitativo sobre a população transgênera de Belo Horizonte. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 129–143, 2019. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v8i2.2265. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2265>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. SUAS sem Transfobia. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Folders/Suas\\_Sem\\_Transfobia.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/Suas_Sem_Transfobia.pdf). Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL, Senado Federal. Agência Senado. Luta por respeito e combate à violência é lembrada no dia da Visibilidade Trans. Brasília, DF: Senado Federal, 29 jan 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/01/29/luta-por-respeito-e-combate-a-violencia-e-lembrada-no-dia-da-visibilidade-trans>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em 2 set. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 21 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Brasília, 2011.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUIDA, P.. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. *Pro-Posições*, v. 27, n. 1, p. 155–177, jan. 2016.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUIDA, P.. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. *Pro-Posições*, v. 27, n. 1, p. 155–177, jan. 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/kBxPw6PW5kxtgJBfWMBXPhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 set. 2023.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMILLO BONASSI, B. et al. VULNERABILIDADES MAPEADAS, VIOLÊNCIAS LOCALIZADAS: EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL. *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 83, 31 dez. 2015. Disponível em:

<https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al>.

Acesso em: 17 set. 2023

CANNONE, L. A. R.. Historicizando a transexualidade em Direção a uma Psicologia

Comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe3, p. e228487, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MgsxScRgNWtdkrmkptwDwBC/#>. Acesso em 30 de set. de 2023.

CARAVACA-MORERA, Jaime A; PADILHA, Maria I. Necropolítica trans: Diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. *Texto Contexto Enferm*, jun/2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/TYJ397gFMBrfCcdch9JZdtf/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 out. 2023.

CASSAL, Luan C. B.; GARCIA, Aline M; BICALHO, Pedro P. G. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. v. 42, n. 4, pp. 465-473, out./dez. 2011. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8600/7451>. Acesso em 16 de out de 2023.

CAVALCANTI, C.; CARVALHO, M. W. V.; BICALHO, P. P. G. A Estranha Liberdade de Odiar: uma análise do processo de Ação Civil Pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 231–249, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27943>.

Acesso em: 01 nov. 2023.

CAZEIRO, F. et al. PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SUS: QUESTÕES PARA A PSICOLOGIA A PARTIR DE ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS E

DESPATOLOGIZAÇÃO. *Psicologia em Estudo*, v. 27, p. e48503, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FzbqLXwjDjdWvmDP5jH99cg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2023.

CAZEIRO, F. et al. PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SUS: QUESTÕES PARA A PSICOLOGIA A PARTIR DE ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS E

DESPATOLOGIZAÇÃO. *Psicologia em Estudo*, v. 27, p. e48503, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/d7GVRkqtBxmDd7PvywDBhpc/#ModalHowcite>. Acesso em: 04 out. 2023.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2021 NOTAS ESTATÍSTICAS DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS DEED. [s.l: s.n.]. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf). Acesso em: 03 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 01/2018**.

ANDRADE BARROS CRUZ, H.; CEDRAZ DE OLIVEIRA, L.; ARAÚJO, R. L. M. DE S. Homossexuais e sofrimento psíquico - homofobia em contexto intrafamiliar. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 8, n. 3, p. 377, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2538>. Acesso em: 05 set. 2023.

DICKMANN, Ivo. Paulo Freire Vive! Necropolítica e educação na atualidade brasileira. In: Maria Aparecida Lucca Caovilla; Reginaldo Pereira; Silvana Winckler. (Org.). Constitucionalismo, direitos humanos, justiça e cidadania na América Latina. 1ed. São Leopoldo: Karywa, 2017, v. 1, p. 36-57. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/327402279\\_PAULO\\_FREIRE\\_VIVE\\_NECROPOLITICA\\_E\\_EDUCACAO\\_NA\\_ATUALIDADE\\_BRASILEIRA/link/5b8d3e1b92851c1e1244b080/download](https://www.researchgate.net/publication/327402279_PAULO_FREIRE_VIVE_NECROPOLITICA_E_EDUCACAO_NA_ATUALIDADE_BRASILEIRA/link/5b8d3e1b92851c1e1244b080/download). Acesso em: 22 de out de 2023

FAVERO, S. “Como atender travestis e pessoas trans?”: (des)cisgenerizando o cuidado em saúde mental \*. Cadernos Pagu, n. 66, p. e226613, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wv34FdrtmzG3fQTQNmvkJJM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de set de 2023.

FONSECA FERREIRA, F.; SOUSA RIBEIRO, T. M.; FERREIRA DE BRITO, W. Percepção das pessoas Trans acerca do acesso ao mercado de trabalho. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 11, p. e3946, 5 jan. 2022. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3946>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FONSECA, A. D. O neoliberalismo no Ensino Superior: “sobrevivendo nas ruínas. Revista Educação e Emancipação, [S. l.], v. 12, n. 3, p. p.223–245, 2019. DOI: 10.18764/2358-4319.v12n3p223-245. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12410>

FOUCAULT, M. . Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987

FOUCAULT, M. História da sexualidade: A vontade do saber (Vol. 1). [s.l: s.n.].

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo; Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, p.75 2000. Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 20 set. 2023.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Rev. Subj., Fortaleza*, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 nov. 2023.

GALVÃO, Walder. Psicóloga que oferecia 'cura' para gays tem registro cassado no DF e fica impedida de exercer profissão. *G1 Distrito Federal*, 18 de fev. de 2022. Disponível em <https://tecnoblog.net/responde/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em 16 de out de 2023.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

GIONGO, C. R.; MENEGOTTO, L. M. D. O.; PETTERS, S.. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 4, p. 1000–1013, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/tT8K6kkz6gMCX9J9zZcB4qd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 set 2023.

GIONGO, C. R.; MENEGOTTO, L. M. D. O.; PETTERS, S.. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 4, p. 1000–1013, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/tT8K6kkz6gMCX9J9zZcB4qd/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 29 set. 2023.

GUILHON, F. L.; UZIEL, A. P. Psicologia e clínica-política no campo das TRANS\*diversidades. *Revista Periódicos*, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 185–194, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17186. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/17186>. Acesso em 19 set. 2023.

GUILHON, F. L.; UZIEL, A. P. Psicologia e clínica-política no campo das TRANS\*diversidades. *Revista Periódicos*, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 185–194, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/17186>. Acesso em: 13 out. 2023.

GUIMARÃES, C. F. et al. Assassinatos de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul : crimes pautados em gênero? *lume.ufrgs.br*, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104710>. Acesso em: 22 out. 2023

HENRIQUES, R. P.; VIDAL, P. Em defesa de Outra psicanálise: sobre o real em questão nas soluções transexuais. *Psicologia USP*, v. 30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psp/a/YYNDOKZfhzxfqTgtbd37FJm/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 12 set. 2023.

JESUS, Jaqueline G. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. **Rio de Janeiro**, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 537-556, 2016.

JESUS, Jaqueline G. Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e Termos. 2ª Edição. **Publicação online**, 2012.

LOMANDO, E.; NARDI, H. C.. Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. *Saúde em Debate*, v. 37, n. 98, p. 493–503, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FzbqLXwjDjdWvmDP5jH99cg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 set. 2023.

LOMANDO, E.; NARDI, H. C.. Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. *Saúde em Debate*, v. 37, n. 98, p. 493–503, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FzbqLXwjDjdWvmDP5jH99cg/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 20 set. 2023

LOPES, H. DE P.; PERES, W. S.; SALES, A.. Prazeres, práticas sexuais e abjeção: travestis, transexuais e os limites em ser “gente”. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 32, n. 3, p. 306–317, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/mKpSdnKJkPgqbR6byRjFfdv/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 12 out. 2023.

LOPES, R. A. G. et al. Você não responde ao perfil: representações sociais sobre o mercado de trabalho para transexuais. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 9, n. 3, p. 351–363, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3269>. Acesso em: 10 out. 2023.

MÁRCIA, A.; ZAIDHAFT, S.; MURTA, D.. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 70–79, jan. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/cfC8WZVP68cGFdkH7KRHPVC/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 01 out. 2023

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. São Paulo: N-1 edições*, 2018.

MOREIRA, M. I. C. et al.. Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 234–242, maio 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/fractal/a/DbkPjhM9ywSdSqHD7PnW7Vs/#>. Acesso em 16 de out de 2023.

MOREIRA, M. I. C.; PATELLI, C. F.. TranspareSer: Autonomia e Exercício de Direitos de um Coletivo de Pessoas Transexuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe3, p. e228497, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/WqnYm5kbYCPJFWQnJgnQRN/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 24 set. 2023.

OLIVEIRA, J. W. DE . et al.. “Sabe a Minha Identidade? Nada a Ver com Genital”: Vivências Travestis no Cárcere. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe2, p. 159–174, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PZFcpmSnbrBVxyqONLYxYfD/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 28 set. 2023.

- RIBEIRO, Carla; DE TILIO, Rafael. Atendimentos em saúde na perspectiva de transexuais. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 27, n. 1, p. 165-184, abr. 2021 . Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682021000100011&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682021000100011&script=sci_arttext). Acesso em: 13 out. 2023.
- SALES, A.; LOPES, H. de P.; PERES, W. S. Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos. *Revista Periódicos*, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 56–72, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/17176>. Acesso em: 16 out. 2023.
- SILVA, Alexsander Lima da; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro , v. 15, n. 2, p. 484-508, jul. 2015 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812015000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200004). acessos em 13 out. 2023.
- SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto , v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014 . Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_isoref&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&tlng=pt). acessos em 14 out. 2023.
- SILVA, F. A.; PAIVA BEZERRA DE MELLO, I. S. Psicologia e a despatologização da transexualidade. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, v. 11, n. 1, p. Pág. 81-95. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/03/880459/lgbt-6.pdf>. Acesso em 07 set. 2023.
- SILVA, F. C. DA .; SOUZA, E. M. F. DE .; BEZERRA, M. A.. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, p. e54397, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dJXnfdnYrpSLPCxSZQHvfNv/#>. Acesso em 18 ago. 2023.
- SILVA, Izabel C.B.; CAVALCANTE, Ednaldo A.; SANTANA, Alef D.S.; MOURA, Jefferson W.S.; RAMALHO, Marclineide N.A.; ABREU, Paula D. *et al.* A violência de gênero perpetrada contra mulheres trans. **Revista Brasileira de Enfermagem**, p. 9, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/RnNr3PFBewc9YhTx9VF8bLn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 de out de 2023.
- SILVA, S. G. DA .; FRANÇA, A. N.. Vidas Precárias: a Performatividade na Constituição das Violências Fóbicas em Gêneros e Sexualidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe3, p. e228547, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/mCPPk5RzXXJvzjDwRdT5BRR/#ModalHowcite>. Acesso em: 15 set. 2023
- SOARES, A. P. R.; SOARES MELO, H. C.; JUNIOR, G. A. A TRANSGENERALIDADE ACERCA DE BIOÉTICA E BIOLEI: A percepção dos universitários de graduação em psicologia. *Psicologia e Saúde em debate*, [S. l.], v. 3, n. Supl. 1, p. 1–2, 2017. DOI: 10.22289/V3S1A1. Disponível em: <https://psicodebate.dpgsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/205>. Acesso em 03 set. 2023.
- TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Record LTDA, 2015
- TOLEDO, L. G.; PINAFI, T.. A clínica psicológica e o público LGBT. *Psicologia Clínica*, v. 24, n. 1, p. 137–163, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/gjCbFBRq9z7WGHvtcjxW95k/#ModalHowcite>. Acesso em: 22 set. 2023

VILLANI, F; RIBEIRO, L. Binarismo de gênero, identidade, trabalho e prostituição: um estudo qualitativo sobre a população transgênera de Belo Horizonte. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 129–143, 2019. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v8i2.2265. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2265>. Acesso em: 30 out. 2023

## 8 APÊNDICE A

Nome Artigo	Nome Instituição	Data de Publicação	UF	Área da Psicologia	Mortalidade ano de publicação
A Estranha Liberdade de Odiar: uma análise do processo de Ação Civil Pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2019	BA	PSICOLOGIA SOCIAL	124
A transGENERALIDADE ACERCA DE BIOÉTICA E BIOLEI: A percepção dos universitários de graduação em psicologia	Faculdade Patos de Minas-FPM	2017	MG	PSICOLOGIA JURIDICA	179
Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA RIO GRANDE DO SUL	2013	RS	PSICOLOGIA SOCIAL	108
Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	2017	SP	PSICOLOGIA SOCIAL	179
Educação, nome (social) e políticas públicas: o caso Nazaré, uma estudante transexual na escola	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA MINAS GERAIS	2018	MG	PSICOLOGIA SOCIAL	163
Em defesa de Outra psicanálise: sobre o real em questão nas soluções transexuais	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - Publica	2019	SP	PSICOLOGIA CLÍNICA	124

Experiência Conjugal de Casal Cis-trans: Contribuições ao Estudo da transconjugalidade	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Publica	2019	SP	PSICOLOGIA SOCIAL	124
Historicizando a transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2019	BA	PSICOLOGIA CLÍNICA	124
Homossexuais e sofrimento psíquico - homofobia em contexto intrafamiliar	Universidade Estadual de Feira de Santana	2019	BA	PSICOLOGIA SOCIAL	124
Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE CATÓLICA MINAS GERAIS	2018	MG	PSICOLOGIA SOCIAL	163
Percepção das pessoas trans acerca do acesso ao mercado de trabalho	Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna	2022	MG	PSICOLOGIA DO TRABALHO	131
Psicologia e a despatologização da transexualidade	Centro Universitário de João Pessoa - Unipê	2017	PB	PSICOLOGIA CLÍNICA	179
Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2013	RJ	PSICOLOGIA CLÍNICA	108
Vidas Precárias: a Performatividade na Constituição das Violências Fóbicas em Gêneros e Sexualidades	Universidade de São Paulo	2019	SP	PSICOLOGIA JURÍDICA	124
Você não responde ao perfil: representações sociais sobre o mercado de trabalho para transexuais	Universidade do Extremo Sul Catarinense (Criciúma)	2020	SC	PSICOLOGIA DO TRABALHO	175

Processo transexualizador no sus: questões para a psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2022	RN	PSICOLOGIA CLÍNICA	131
Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2008	RJ	PSICOLOGIA CLÍNICA	58
“Sabe a Minha Identidade? Nada a Ver com Genital”: Vivências Travestis no Cárcere	Universidade Federal de Pernambuco	2018	PE	PSICOLOGIA SOCIAL	163
A clínica psicológica e o público LGBT	Universidade Estadual Paulista	2012	SP	PSICOLOGIA CLÍNICA	123
Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros	Universidade Federal de Sergipe	2014	SE	PSICOLOGIA SOCIAL	134
Assassinatos de Travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2013	RS	PSICOLOGIA SOCIAL	108
ATENDIMENTOS EM SAÚDE NA PERSPECTIVA DE transEXUAIS	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2021	MG	PSICOLOGIA CLÍNICA	140
Binarismo de gênero, identidade, trabalho e prostituição: um estudo qualitativo sobre a população transgênera de Belo Horizonte	Universidade Federal de Minas Gerais	2019	MG	PSICOLOGIA DO TRABALHO	124
Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos	Universidade Estadual Paulista	2016	SP	PSICOLOGIA SOCIAL	144
Disputas em torno da Regulamentação da Profissão: A Psicologia em Defesa das Orientações Sexuais e Identidades de Gênero	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2022	RJ	PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO	131

Prazeres, práticas sexuais e abjeção: travestis, transexuais e os limites em ser “gente”	Universidade Estadual Paulista	2020	SP	PSICOLOGIA SOCIAL	175
Psicologia e clínica-política no campo das transdiversidades	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2016	RJ	PSICOLOGIA CLÍNICA	144
Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2012	RS	PSICOLOGIA CLÍNICA	123
Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância	Universidade Federal de Alagoas	2015	AL	PSICOLOGIA SOCIAL	118
TranspareSer: Autonomia e Exercício de Direitos de um Coletivo de Pessoas transexuais	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2019	MG	PSICOLOGIA SOCIAL	124
Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil	Universidade Federal de Santa Catarina	2015	SC	PSICOLOGIA SOCIAL	118